

Rosana Teresa Onocko Campos¹

Juarez Pereira Furtado^{II}

Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde

Narratives: use in qualitative health-related research

RESUMO

A revisão bibliográfica realiza um percurso por várias correntes do pensamento que se ocuparam do estudo das narrativas. Foram analisados estudos clássicos de estrutura narrativa oriundos da literatura, da história, da teoria da comunicação e da psicanálise a fim de explorar se suas categorias e conceitos seriam metodologicamente aplicáveis na pesquisa qualitativa em saúde. Nas conclusões, destaca-se a potencialidade de se utilizar narrativas para o estudo de situações nas quais interessem as mediações entre experiência e linguagem, estrutura e eventos, sujeitos e coletivos, memória e ação política – questões que tradicionalmente interessam à área de “Políticas, Planejamento e Gestão” da saúde coletiva brasileira.

DESCRITORES: Narração. Narrativas Pessoais. Pesquisa Qualitativa. Mecanismos de Avaliação da Assistência à Saúde. Políticas, Planejamento e Administração em Saúde. Literatura de Revisão como Assunto.

ABSTRACT

The bibliographic review followed a path through several chains of thought concerned with studying narratives. Some classical studies on narrative structure with origins within literature, history, communications theory and psychoanalysis were analyzed with the aim of exploring whether their categories and concepts would be methodologically applicable to qualitative health-related research. In the conclusions, the potential for using narratives to study situations in which there is interest in mediations between experience and language, between structure and events, between subjects and collective groups or between memory and political action are highlighted. These are questions that traditionally are of interest within Brazilian public health with regard to the field of “Policy, Planning and Management”.

DESCRIPTORS: Narration. Personal Narratives. Qualitative Research. Health Care Evaluation Mechanisms. Health Policy, Planning and Management. Review Literature as Topic.

¹ Departamento de Medicina Preventiva e Social. Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil

^{II} Departamento Saúde, Educação e Sociedade. Universidade Federal de São Paulo. Santos, SP, Brasil

Correspondência | Correspondence:
Rosana Teresa Onocko Campos
Departamento de Medicina Preventiva e Social
Faculdade de Ciências Médicas
CP 6111 Universidade Estadual de Campinas
13083-970 Campinas, SP, Brasil
E-mail: rosanaoc@mpc.com.br

INTRODUÇÃO

A pesquisa qualitativa sempre ocupou lugar de destaque na saúde coletiva brasileira.²⁰ Afinal, tendo em vista a própria transformação da saúde pública em saúde coletiva no encontro com as ciências sociais e seus métodos de pesquisar. Pesquisas anteriores observaram que, sendo inicialmente caudatária de um viés estruturalista, a superação da hegemonia desse referencial deu-se por meio de estudos sobre temas como representação social e cotidiano.¹ Em produções mais recentes,^{1,11,15} observou-se que as temáticas vinculadas à subjetividade e abordagens narrativas adquiriram maior importância com estudos antropológicos e etnográficos.^{5,19}

Todavia, poucos estudos na saúde coletiva aproximaram a narrativa em seus aspectos de estrutura narrativa^{13,16,21} e de comunicação. Porém, deve-se considerar que tais estudos integram o cenário sanitário brasileiro, no marco do Sistema Único de Saúde (SUS) e nos novos serviços de saúde, no qual novas práticas precisam ser avaliadas e estudadas. Assim, abordagens metodológicas tradicionais não têm sido suficientes para compreender os dilemas e impasses dessas novas práticas de saúde.

O objetivo do presente artigo foi comentar estudos clássicos de estrutura narrativa vindos da literatura, da história, da teoria da comunicação e da psicanálise a fim de investigar se suas categorias e conceitos seriam metodologicamente aplicáveis na pesquisa qualitativa em saúde. Para isso, as estratégias de revisão bibliográfica são diferenciadas das habituais, usadas quando se trata de conhecer a produção recente em determinado campo. Assim, buscas exaustivas sobre publicações recentes são importantes quando procuramos o estado da arte em relação a determinado tema, mas podem ser inadequadas como revisão sistemática para subsidiar o alargamento de nossos campos teóricos.

Trata-se aqui de efetuar um recurso à tradição¹¹ tal como sugere a hermenêutica gadameriana. Mas, Gadamer⁷ diz que a tradição fala sempre em vozes múltiplas; deveríamos, assim, estarmos atentos para não perder o som das vozes mais fracas e apagadas da história. Como se fazer isso com as modernas ferramentas de busca? Nesta busca, os critérios de inclusão e exclusão acabam se delimitando no percurso da pesquisa e nem sempre *a priori* como aconteceria numa busca por atualizações com as ferramentas habituais. Aplicar-se-ia à produção de conhecimento o *adagio* do poeta: “*caminante no hay camino, se hace camino al andar*” (A. Machado).

Esta investigação foi iniciada com a principal questão: a necessidade de montagem de uma pesquisa avaliativa de serviços de saúde mental.⁶ Ainda, a área de inserção dos pesquisadores também influenciou esse ponto de partida. No caso da área de “Políticas, Planejamento e Gestão”, a motivação ético-política de produzir sínteses

que possam ser utilizadas para formular recomendações para o SUS, estimulou inicialmente a procura por abordagens qualitativas capazes de enfrentar o desafio da interpretação como composta sempre por dois momentos: análise e construção.^{6,14,18} E, dentre as possibilidades de “alinhavos” construtivos, destacou-se o tema das narrativas.

Narrativa como categoria de mediação

Ricoeur¹⁷ situa a origem da narrativa na *Poética* de Aristóteles e nas aporias do ser e não-ser do tempo de Santo Agostinho (354–430 d.C.). Para esse autor, a narrativa seria uma operação mediadora entre a experiência viva e o discurso. Ela ligaria a explicação à compreensão: “superar a distância entre compreender e explicar” (p.11).

Na obra de Santo Agostinho, Ricoeur pesquisa as aporias da experiência do tempo para chamar a atenção sobre o caráter temporal da experiência humana. Para ele, a especulação sobre o tempo é ruminação inconclusiva, a qual só replica a atividade narrativa. A narração implica memória e a previsão implica espera. É devido a uma espera presente que as coisas futuras estão presentes como porvir. Portanto, como procedimento, não se trata de abolir a temporalidade, mas de aprofundá-la. Confessar o diverso do tempo para fazer justiça à temporalidade humana: entre o distendido e o tenso, a possibilidade de um tempo intenso.

Nas aporias da experiência do tempo, Santo Agostinho levanta algumas questões fundamentais. A primeira delas é a aporia do ser e do não ser do tempo: pergunta-se “Como o tempo pode ser, se o passado não é mais, se o futuro não é ainda, e se o presente nem sempre é?” (p.23). A espera é análoga à memória. Narramos e é sempre a linguagem, a experiência e a ação que esta articula que resistem. Memória (passado), *attentio* (presente), espera (futuro) existem em nós como um tríplice presente.

A segunda preocupação de Santo Agostinho é sobre a medida do tempo. Para ele, passar é transitar e nisto consiste a medida do tempo: não o futuro que não é, não o passado que não é mais, nem o presente que não tem extensão... É na passagem, no trânsito que é preciso buscar a multiplicidade do presente e seu dilaceramento. No tríplice presente ocorreria uma distensão (*distentio*) do espírito!, diz Agostinho.

A terceira questão que se coloca é agora a de *intentio* e *distentio*. Se só medimos algo enquanto passa, portanto, só poderíamos fazê-lo quando cessa: para que exista um intervalo mensurável é necessário um começo e um fim. Agora o importante não é mais passar (*transire*), senão permanecer (*manet*): e assim estamos de volta à

questão do espírito. Para Agostinho, não existiria futuro que diminui ou passado que cresce se não houvesse um espírito que faz essa ação (*actio*). Não se trata mais de imagens-impressões nem de imagens antecipatórias, mas de uma ação que abrevia a expectativa e alonga a memória (*actio e agitur*). A expectativa e a memória são estendidas: a intenção presente faz o futuro passar ao passado. O espírito se faz *intentio*, mas sofre *distentio*. É essa uma metáfora viva que mantém juntas as idéias de passar (cessar) e de fazer passar (trânsito).

Por último, Agostinho expõe o contraste entre tempo e eternidade. No eterno... Nada passa! A eternidade é tida como idéia limite do tempo. Para Ricoeur, essa afirmação teria conseqüências em relação à possibilidade de “descronologizar” a narrativa e a saída tampouco seria “logicizar” a narrativa, porém confessar o diverso do tempo, fazer justiça à temporalidade humana não a abolindo, senão aprofundando os níveis de temporalização. Menos distendidos e mais intencionais!

Assim, Ricoeur investiga o tempo de Agostinho a Aristóteles. Na *Poética* buscará suas formas e estilos: epopéia, tragédia, comédia, ditirambo. São modos de imitação da ação, mas diferem em relação aos meios (por quais meios), objetos (que) e maneiras (como). Os objetos são sempre as ações humanas. A representação de seus agentes pode ser feita mostrando-os melhores, iguais ou piores do que são, i.e.: tragédia e comédia.

Em Aristóteles, Ricoeur destaca a noção de tecer a intriga, a tessitura da intriga: *muthos* que significa intriga, enredo, *plot* em inglês. Designa a disposição dos fatos em sistema, a arte de compor. A atividade produtora de intrigas deveria ser sobreposta a qualquer estrutura. Ricoeur enfatiza essa função de compor como uma operatória (ou seja, algo que “funciona”). Da *Poética*, Ricoeur ainda ressalta o conceito de atividade mimética: mimese significa imitação ou representação da ação, agenciamento dos fatos: que, por que meios, como (de que maneira os fatos passaram-se). Tratar-se-ia sempre de mimese *praxeôs*: representação da ação, tratar-se-ia sempre – e por isso – de homens que agem.

A ação é o construído em que consiste a atividade mimética: a própria tessitura da intriga. As relações entre *muthos* – *mímesis* levam a refletir sobre a ética, o autor e as personagens. Homero é louvado por se apagar por trás de suas personagens: deixá-los falar sua própria voz. Mas, na ética, o sujeito precede sempre a ação na ordem das qualidades morais. Em toda narrativa há uma relação entre o caráter da personagem e a intriga, porém a representação é mais de ações que de homens.

No conjunto do campo narrativo, colocam-se ainda algumas interrogações: a ordem é suscetível de extensão e transformação? Toda história tem um começo, um meio e um fim. Por onde começar a contar, qual o ponto de partida? Para Ricoeur, em sua leitura de Aristóteles, o

começo não é a ausência de antecedente, mas ausência de necessidade na sucessão; o fim vem depois de outra coisa, seja por necessidade ou por probabilidade e o meio é uma simples sucessão: vem depois de outra coisa e depois dele vem outra coisa. Uma argumentação interessante para apoiar a periodização em nossos desenhos de pesquisa!

Ricoeur examina as condições de validade e de verdade na narrativa. Para o autor, pensar um elo de causalidade já é universalizar. A conexão interna é condição para a universalização: buscar no enredo sua coerência. Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o necessário ou verossímil do episódico. A atividade mimética compõe a ação; não vê o universal, fá-lo surgir. Se entendermos que inventar é em realidade redescobrir, chegaríamos assim a um conceito prospectivo da verdade.

Ricoeur relaciona essas questões por meio de sua concepção de tríplice mimese. A Mimese I denominaria o agenciamento dos fatos (o quê, o objeto), as ações – que possuem fins e motivos, pois agir é sempre um agir com, uma *inter-ação*. Isso implica pressuposição e transformação. Imitar ou representar a ação é pré-compreender o que ocorre com o agir humano. Essa pré-compreensão é comum ao autor e ao seu leitor. Por Mimese II o autor entende o “como se”, a mimese criação, a transposição metafórica do campo prático pelo *muthos*. Essa posição é intermediária porque tem uma função de mediação. Assim, no fato da história deixar-se seguir, nas relações entre tradição e inovação, é que se deve buscar a *poiesis* da obra. Já a Mimese III designaria o encontro do texto com o leitor ou espectador. A narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir. Esse momento caracteriza a aplicação. Haveria uma intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor.

Segundo Ricoeur,¹⁷ a dialética entre aporética e poética consiste na relação entre tempo e narrativa. As narrativas nada mais seriam do que “*histórias não (ainda) narradas*” (p. 115) Se uma ação pode ser narrada, ela está simbolicamente mediada. Se a ação é simbólica, está na cultura e, portanto, compartilha de uma articulação com o público: uma inter-ação.

Isso é o que nos leva à questão dos agentes (aqueles que agem). Os agentes possuem caracteres dotados de qualidades éticas. Não há ação que não suscite a provação ou a reprovação segundo uma série de valores nas quais bondade e maldade constituem a polaridade. Como exemplo, Ricoeur lembra-nos da piedade que sentimos, ligada à infelicidade não merecida por alguma personagem, o que ele chama de prazer estético associado à empatia. Assim, destaca-se um traço inerente à ação: não poder ser nunca eticamente neutra. Nesse referencial, as narrativas seriam mediações entre ação e linguagem.

Nos estudos de narrativa histórica, Burke² concebe a narrativa como mediação entre estrutura e acontecimento. Segundo o autor, toda história representa um ponto de vista particular. “Ao contrário da maioria dos romancistas, ele (o historiador) não pretende ler a mente de seu herói, apenas suas cartas” (p. 335). Os narradores históricos precisariam encontrar um modo de tornarem-se visíveis: declarar quem são, seus pontos de vista (como o pesquisador da saúde coletiva). Isso seria um condicionante ético e com consequências metodológicas para a produção de conhecimento.

Metodologicamente, Burke propõe “densificar” a narrativa, ou seja, construir narrativas que possam lidar não só com a seqüência dos acontecimentos e as intenções conscientes dos atores, como também com as estruturas – que ele traduz como instituições, modos de pensar – e argumentar se elas retardam ou aceleram acontecimentos. Essa seria uma forma de mediar estrutura e acontecimentos. Ainda, haveria a possibilidade de serem exploradas várias formas: as micro-narrativas, as narrativas de frente para trás (inversão da ordem cronológica) e as que apresentam os mesmos acontecimentos de pontos de vista múltiplos.

De forma semelhante ao que se faz na pesquisa avaliativa qualitativa em saúde com *stakeholders*, Burke chama a atenção para as múltiplas vozes: heteroglosia. Pudemos experimentar isso transformando os grupos focais²² em grupos focais narrativos em pesquisa recente. Essa abordagem também é de interesse para as pesquisas sobre o SUS, pois permitiria explorar as relações entre estrutura e eventos observados e/ou registrados nos serviços de saúde, fugindo assim da dicotomia indesejável entre macro-política e micro-política nessas pesquisas.

Adentrando-nos em outro campo, o da comunicação, é possível mapear outras visões: Guimarães⁸ e Leal¹⁰ colocam a narrativa como mediação entre indivíduo e sociedade: um dispositivo poroso da interlocução. Quando se trata de sujeitos em comunicação, há sempre um viés relacional, que é produzido na ação de afetar e ser afetado por outro sujeito na mediação narrativa. Assim, para esses autores, as narrativas oferecem recursos para lidar com os acontecimentos (sejam esses miúdos ou graúdos, intensos ou insignificantes) que emergem na (apenas) aparente repetição da experiência da vida cotidiana.

“Sem negligenciar a força das estruturas e a presença do poder, mas também sem desconhecer o poder criador dos homens e da força instauradora das narrativas (...) que eles inventam e experimentam, buscamos outra lógica para conhecer a natureza complexa da vida social – não a da determinação, mas a da mobilidade” (Guimarães, 2006: 8)

O saber cotidiano e as experiências comunicacionais requerem atenção às narrativas. Porém, estas não são “dados”, elas precisam da elaboração de um “olhar

narrativizante”¹⁰ que estabeleça articulações entre diversos fragmentos em circulação. Esse olhar narrativizante faz emergir as formas de articulação do cotidiano. Seria um método privilegiado para estudar as novas práticas. Atentemos para como essa colocação se aproxima da de Ricoeur sobre narrativas como histórias não (ainda) narradas e simbolicamente mediatizadas. As narrativas emergem como resultado da inter-relação das forças sociais e caracterizam equacionamentos possíveis do fluxo histórico e social.

A narrativa – sendo linguagem – deve sua inserção na economia textual ao diálogo com outros textos e ao conjunto de características socio-históricas que localizam um contexto. A narrativa abre-se à interpretação ao mesmo tempo em que estabelece condições para sua circulação, recepção e produção. Assim, articula relações de poder, políticas, identitárias, do contexto, percebidas tanto diacrônica quanto sincronicamente, o que denota a complexa relação das narrativas com os discursos sociais. Na relação entre texto, narrativa e discurso poderiam ser vistas as condições para inserção e circulação dos dizeres sociais, das ideologias e das realidades da vida cotidiana.

Lyotard¹² também aponta algumas funções fundamentais das formas narrativas. As narrativas contam formações positivas ou negativas, sucessos ou fracassos dos heróis que dão sua legitimidade às instituições, definindo critérios de competência. Em nossa pesquisa avaliativa, constituindo vários grupos focais de profissionais dos novos serviços de saúde mental, evidenciamos construções narrativas. Nelas, uma sistemática de funcionamento desses serviços pode ser identificada, no qual os próprios agentes apontaram o que deveria ser considerado sucesso ou fracasso.

Essa experiência de pesquisa mostra ainda outra questão apontada por Lyotard dentre as funções das formas narrativas: a de admitirem uma pluralidade de jogos de linguagem,¹² com vários tipos de enunciados: isso mistura as competências do relato em um tecido cerrado, numa perspectiva de conjunto. Em se tratando de práticas sociais como o são as práticas nos serviços de saúde, essa potencialidade parece primordial.

Ainda, esse autor nos aproxima de outra propriedade das formas narrativas relativa às formas de transmissão que lhes fixam uma pragmática: o narrador só tem competência pelo fato de haver sido um ouvinte e o narratário (destinatário) atual ouvindo-o eleva-se à mesma autoridade. Os “postos narrativos” são de tal modo distribuídos que se acede ao de remetente, pois foi-se antes destinatário e por ter sido colocado como referente diegético pelo próprio fato de portar um nome: “(...) a tradição dos relatos é ao mesmo tempo a dos critérios que definem uma tríplice competência – saber-dizer, saber-ouvir, saber-fazer – (...) O que se transmite com os relatos é o grupo de regras pragmáticas que constitui o vínculo social” (Lyotard¹² p.39).

As narrativas determinam os critérios de competência e/ou ilustram a sua aplicação; definem o que se tem direito de dizer ou fazer na cultura e, como são parte desta, encontram-se legitimadas. Jogos de linguagem articulados de maneira narrativa, os relatos são, para esse autor, o mínimo de relação exigido para que haja sociedade, visto que o ser humano, desde antes de seu nascimento, já é colocado como referente da história contada por aqueles que o cercam.

Essa inserção humana desde sempre no universo das histórias permite-nos, agora, aproximar uma autora da psicanálise: Kristeva,⁹ psicanalista e lingüista, fazendo uma leitura muito atenta de Arendt, diz-nos que a vida é uma narrativa. Para essa autora, a vida seria especificamente humana com a condição de que possa ser representada por uma narrativa e partilhada com outros homens. E é assim que essa vida cheia de eventos que podem ser narrados torna-se uma bio-grafia. Da obra de Arendt, a autora destaca a aposta em uma vida *Bíos versus* a possibilidade de uma vida *Zoe* e, para ela, essa vida (*bíos*) é uma *práxis* (Aristóteles).

Na opinião de Kristeva, Arendt, ao contrário de Ricoeur, operaria uma reabilitação da *práxis* mais do que da poética. Isso porque somente a ação como narração e a narração como ação caracterizam essa vida “bio”, especificamente humana. Dessa maneira, ela solda as relações entre vida, narrativa e política, já que a vida na *pólis* é sempre mediada pela palavra. A narrativa, aptidão para enunciar uma “bio-grafia”, torna-se tão necessária quanto problemática, pois a narrativa, por mais brilhante que seja, não teria como salvar uma vida. Para Arendt, a narração conta, mas a ação vence se for uma ação narrada.

Distinguindo *poiesis* como atividade de produção técnica de *práxis* como atividade de ação social, a narrativa estaria próxima desta última. A ação na *pólis* não seria uma “fabricação” no sentido de ser constituída por atividades que visam a fins, mas atos plenos de significação. Ainda, o lugar da ação é sempre a *pólis*. E a *pólis* é, para Kristeva, o lugar do “inter-esse”, do entre-dois. A narrativa constituiria assim um modelo político fundamentado na ação e na palavra, mas nunca uma sem a outra. Nas pesquisas sobre o SUS e políticas públicas e/ou serviços de saúde, essa não dissociação do discurso da ação torna-se fundamental, o que seria uma contribuição importante para fugir da dicotomia discurso-práticas.

Mas então, como a palavra poética poderia se manifestar na *pólis* para revelar o virtuosismo de seus heróis? Para responder a essa questão, a autora analisa a relação *phrónesis* (sabedoria prática) - *sophía* (sabedoria teórica). Em vez de “o que sabes?”, seria preciso perguntar “quem és?” (o que significaria “o que fazes?” e “o que dizes?”). Deveríamos, ainda, interrogar sobre a relação entre história verdadeira e história contada. A existência

do *inter-esse*, gerador de memória e testemunho, chama a atenção para o distanciamento do vivido *ex-post facto*; o pensamento é partilhável por meio de uma intriga. A memória da ação torna-se ela própria ação. Para Arendt, na leitura de Kristeva, o essencial não é a coerência interna da narrativa (como seria para Ricoeur lendo Aristóteles), senão identificar o agente da história. Nesta abordagem, a arte da narrativa consistiria em condensar uma ação em um intervalo exemplar, extraí-la do fluxo contínuo e revelar o sujeito da ação.

No caso de nossa pesquisa, desenhamos inicialmente seis grupos focais narrativos com trabalhadores de cada um dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com variadas composições profissionais, e mais quatro grupos compostos respectivamente de usuários, familiares, gerentes locais e gestores (Figura). Após a segunda etapa de grupos focais, destacou-se a possibilidade de que novas vozes e certas desestabilizações do recém (porém não menos) instituído modo de funcionar desses equipamentos estivessem nas vozes que no nosso desenho original ficaram mais fracas: os técnicos de enfermagem, os usuários e os familiares.

Foi a revelação desses “quem”, de que fala Kristeva por meio de Arendt, que permitiu acrescentar ao desenho original novas aberturas: um grupo focal só de técnicos e maior participação (em número) de familiares e usuários na composição das oficinas finais de pactuação de indicadores. Ainda, a apresentação das narrativas – por nós construídas com base no material do grupo focal narrativo – em uma segunda rodada de grupos focais (aos quais chamamos de hermenêuticos, pois lhes coube interpretar e legitimar as narrativas) permitiu, além de enfrentar as questões da legitimidade das narrações, operar “efeitos de narratividade”. Os grupos confirmaram as argumentações, aprofundaram as discussões e manifestaram mudanças em relação à situação inicial. As narrativas tornaram-se elas mesmas

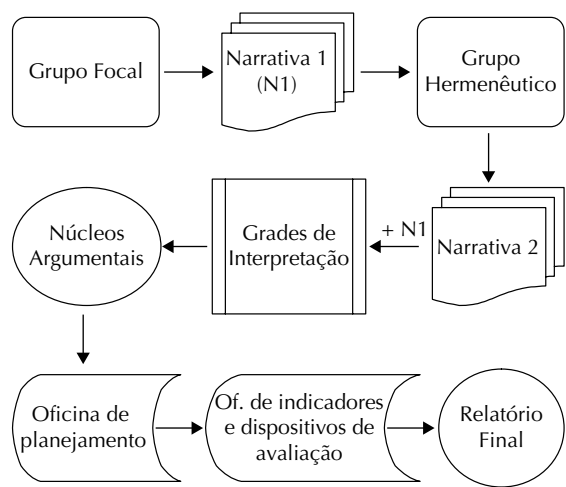


Figura. Fluxograma da pesquisa.

ações. Pois: “é pela narrativa e não pela língua em si que se realiza o pensamento político” (Kristeva⁹ p. 87). Toda narrativa seria assim uma narrativa política.

Entendemos que esta revisão possui limitações, tais como não ser exaustiva nem se pretender exclusiva, no sentido de não admitir outras leituras. Tampouco visou um levantamento extenso das publicações mais atuais nesse campo metodológico. Contudo, procuramos empreender uma revisão sistemática, indicando possíveis aplicações de alguns conceitos e algumas fundamentações teóricas que, partindo de uma origem comum com as ciências sociais, permitam delimitar um campo próprio para as pesquisas na área de “política, planejamento e gestão” no contexto da saúde coletiva brasileira.¹⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na revisão efetuada, podemos conferir como as narrativas poderiam ser entendidas, coincidentemente, segundo as várias correntes revisadas como mediações: para a crítica literária de Ricoeur, como mediação entre discurso e ação; para as correntes historiográficas, como mediação entre acontecimento e estrutura; para as correntes da comunicação, como mediação entre indivíduo e sociedade; para a psicanálise de Kristeva, como mediação entre memória e ação política.

Pensem na saúde coletiva – na sua história, marcada pela controvérsia entre estruturalismo e fenomenologia, no recente resgate do sujeito enquanto campo disciplinar^{1,4} – e coloquemos em contato com a tradição da nossa área as problemáticas emergentes no próprio SUS. Inúmeros serviços novos como CAPS, Unidades de Saúde da Família, Centros de Referência de doenças

sexualmente Transmissíveis (CRT), e outros, enfrentam, dia-a-dia, a necessidade de recriar suas práticas e de dar-lhes fundamento e legitimidade social. Não seria de interesse termos ferramentas metodológicas para pesquisarmos as mediações entre o que se diz e o que se faz (discurso e ação)? Entre eventos ocasionais e questões mais estruturadas? Entre os sujeitos individuais e os coletivos? Ainda, não se faz premente a necessidade da “vinda ao mundo de um texto” em relação a essas novas práticas? O que se passa nas casas durante as visitas domiciliares? Como se defende uma equipe da proximidade com a loucura?

As narrativas, fora de seu esquema tradicionalmente vinculado a estudos etnográficos, nos quais tomam um caráter mais descritivo e cronologicamente arranjado, poderiam contribuir na pesquisa qualitativa em saúde coletiva se explorássemos sua capacidade de dispositivo poroso de comunicação, se tentássemos “densificá-las”, se construíssemos novos olhares narrativos. Todavia, seria necessário inserí-las em estratégias de pesquisa participativa, envolvendo os próprios atores em várias retomadas de sua narração (à maneira de um círculo hermenêutico⁷), e propiciar o contato com as narrações de outros grupos de interesse, como tentamos experimentar. Dessa forma, elas próprias se transformariam, conforme Kristeva, em ação política e nossas pesquisas atenderiam a um pouco de nosso imperativo ético-político, intervindo no universo pesquisado, propiciando um fortalecimento de seus próprios agentes.

Esse seria um convite a experimentar uma modalidade de pesquisa-intervenção cujos rumos e caminhos não estariam desenhados *a priori* pelos pesquisadores. Uma estratégia a ser explorada que talvez possa ser considerada um pouco mais aberta às novidades do mundo da vida.

REFERÊNCIAS

1. Ayres JR. Sujeito, intersubjetividade e práticas em saúde. *Cienc Saude Coletiva*. 2001;6(1):63-72. DOI: 10.1590/S1413-81232001000100005
2. Burke P. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp; 1992.
3. Burlandy L, Bodstein RCA. Política e saúde coletiva: reflexão sobre a produção científica (1976-1992). *Cad Saude Publica*. 1998;14(3):543-54. DOI: 10.1590/S0102-311X1998000300011.
4. Campos GWS. Um método para análise e co-gestão de coletivos. São Paulo: Hucitec; 2000.
5. Caprara A. Uma abordagem hermenêutica da relação saúde-doença. *Cad Saude Publica*. 2003;19(4):923-31. DOI: 10.1590/S0102-311X2003000400015
6. Freud S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira. Rio de Janeiro: Imago; 1975. v.23: Construções em análise.
7. Gadamer HG. Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes; 1997.
8. Guimarães C. O Ordinário e o extraordinário das narrativas. In: Guimarães C, França V, organizadores. Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano Belo Horizonte: Autêntica; 2006. p.7-17.
9. Kristeva J. O gênio feminino: a vida, a loucura, as palavras. Rio de Janeiro: Rocco; 2002. v.1, p.19-27.1.
10. Leal B. Saber das narrativas: narrar. In: Guimarães C, França V, organizadores. Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica; 2006. p.19-27.
11. Luz M. A produção científica em ciências sociais e saúde: notas preliminares. *Saude Debate*. 2000;24(55):54-68.
12. Lyotard JF. A condição pós-moderna. 9.ed. Rio de Janeiro: José Olympio; 2006.
13. Onocko Campos R. O encontro trabalhador-usuário na atenção à saúde: uma contribuição da narrativa psicanalítica ao tema do sujeito na saúde coletiva. *Cienc Saude Coletiva*. 2005;10(3):573-83. DOI: 10.1590/S1413-81232005000300015
14. Onocko Campos RO. Pesquisa qualitativa em políticas, planejamento e gestão em saúde coletiva. In: Barros N, Ceccati JG, Turato ER. Pesquisa qualitativa em saúde: múltiplos olhares. Campinas: Editora Unicamp; 2005. p.261-71.
15. Onocko Campos R. A gestão: espaço de intervenção, análise e especificidades técnicas. In: Campos G. Saúde Paidéia. São Paulo: Hucitec; 2003. p.122-49.
16. Onocko Campos R. O planejamento no labirinto: uma viagem hermenêutica. São Paulo: Hucitec; 2003.
17. Ricoeur P. Tempo e narrativa. Campinas: Papyrus; 1997. v.1.
18. Roudinesco E, Plon M. Dicionário de psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1998.
19. Schraiber LB. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. *Rev Saude Publica*. 1995;29(1):63-74. DOI: 10.1590/S0034-89101995000100010
20. Turato ER. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev Saude Publica*. 2005;39(3):507-14. DOI: 10.1590/S0034-89102005000300025
21. Vieira AG. Do conceito de estrutura narrativa à sua crítica. *Psicol. Reflex. Crit*. 2001;14(3):599-608.
22. Wiggins GS. The analysis of focus groups in published research articles. *Can J Program Evaluation*. 2004;19(2):143-64.